

A. I. N ° - 206896.0050/05-1
AUTUADO - COMERCIAL DE ALIMENTOS MASTER LTDA.
AUTUANTE - OTHONIEL SANTOS FILHO
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 25.11.2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0428-01/05

EMENTA. ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Autuado comprova descaber parte da exigência do crédito reclamado. Refeitos os cálculos. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/2005, exige ICMS no valor de R\$ 88.122,36, em razão de omissão de saída de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias, nos exercícios de 2003 e 2004.

O autuado, à fl. 26, apresentou defesa alegando que o autuante em suas demonstrações relacionou as mercadorias que motivaram o presente Auto de Infração, aplicando em alguns casos a alíquota de 17% e 25% para produtos cuja alíquota correta seria 7%, 12% e 0% (para os produtos com imposto pago por antecipação tributária) reduzindo o imposto devido e o valor da multa aplicada.

Requeru a procedência parcial do Auto de Infração, a substituição das alíquotas aplicadas pelas corretas e o reconhecimento do valor do débito para R\$ 66.776,62, sendo R\$ 19.890,43 para o exercício de 2003 e R\$ 46.886,19 para o exercício de 2004.

O autuante, às fls. 31/32, informou que o autuado aponta a ocorrência de aplicação incorreta de alíquota do ICMS para alguns dos produtos integrantes do demonstrativo de apuração do estoque, assim como a inclusão de mercadorias cuja tributação já havia ido antecipada. Esclareceu ter procedido a revisão do lançamento efetuado e constatou a procedência do pleiteado pelo autuado, refazendo novo demonstrativo de apuração de estoque, fornecendo cópia ao contribuinte.

Esclareceu que o valor do débito remanescente corresponde a R\$ 19.890,43 (exercício de 2003) e R\$ 46.886,19 (exercício de 2004), juntando às fls. 33 a 42 os novos demonstrativos de apuração.

Consta à fl. 43/44 que o autuado recebeu cópia dos documentos às fls. 31 a 42 dos autos e foi cientificado do prazo de 10 dias para se manifestar, tendo o mesmo solicitado parcelamento da parte reconhecida (R\$66.776,62), conforme extrato emitido pelo SIDAT/SEFAZ, anexado à fl. 48 dos autos.

VOTO

Analisando as peças processuais, constato que o autuante, utilizando o roteiro de Auditoria de Estoques, apurou diferenças quantitativas por omissão de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto em decorrência da não emissão do competente documento fiscal e, conseqüentemente a falta de recolhimento do imposto devido.

Na impugnação, o autuado demonstra existência de equívoco no levantamento quantitativo de estoques, haja vista a indicação equivocada da alíquota para determinados produtos que foram arrolados no levantamento, bem como a inclusão de mercadorias com fase de tributação já encerrada, gerando, assim, majoração do valor do imposto exigido.

Ao prestar a informação fiscal, o autuante revendo os trabalhos realizados reconhece ter pertinência os argumentos defensivos. Elabora novo demonstrativo de apuração dos estoques, às fls. 33/42 dos autos, excluindo os produtos com fase de tributação já encerrada e aplicando corretamente as alíquotas correspondentes a cada produto em que se detectou diferença por omissão de saídas de mercadorias, valendo observar que a diferença apontada, após revisão, corresponde ao valor reconhecido como devido pelo autuado.

Se verifica das peças dos autos que o autuado solicitou e foi deferido o parcelamento da parte reconhecida.

Ante o exposto, concluo ter ficado comprovada a existência de omissão de saída de mercadorias, e os equívocos apontados na autuação, em relação ao valor do imposto devido, foram sanados mediante a revisão efetuado pelo autuante quando da informação prestada. Assim, deve ser exigido o imposto no valor de R\$ 66.776,62, sendo: R\$ 19.890,43 e R\$ 46.886,19, referentes aos exercícios de 2003 e 2004, respectivamente, devendo ser homologada a quantia já recolhida.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão unânime, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206896.0050/05-1**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS MASTER LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 66.776,62**, acrescido da multa de 70% prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologada a quantia já recolhida.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de novembro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR